



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRO-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO (PROSGRAP)
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA
(PROFHISTÓRIA)**

SIMONE DE FREITAS GAMA

**EMPODERAMENTO FEMININO: DEBATE SOBRE
EMPODERAMENTO FEMININO E CURRÍCULO A PARTIR DA
ORGANIZAÇÃO DAS CATADORAS DE MANGABA DO
MUNICÍPIO DE BARRA DOS COQUEIROS-SE**

**São Cristóvão -SE
2022**

SIMONE DE FREITAS GAMA

**EMPODERAMENTO FEMININO: DEBATE SOBRE
EMPODERAMENTO FEMININO E CURRÍCULO A PARTIR DA
ORGANIZAÇÃO DAS CATADORAS DE MANGABA DO MUNICÍPIO
DE BARRA DOS COQUEIROS-SE**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA), na linha de pesquisa “Saberes Históricos no Espaço Escolar” para apreciação de banca e avaliação.

Orientador: Prof. Dr. Lucas Miranda
Pinheiro

**São Cristóvão - SE
2022**

Resumo

Partindo da assertiva de que a emancipação de mulheres e homens acontece motivada por várias dimensões, me proponho a pesquisar o Empoderamento Feminino na perspectiva do coletivo a partir da organização das mulheres catadoras de mangabas do município de Barra dos Coqueiros - SE, com o objetivo de identificar como a organização dessas mulheres contribui para o empoderamento coletivo dessa categoria. A metodologia utilizada nessa pesquisa bibliográfica, lançaremos também questionários estruturados e entrevistas com vistas a aprofundar conhecimentos a respeito do Empoderamento feminino e conhecer como funciona a organização dessas mulheres no intuito de inserir essa temática no currículo do ensino de história. Como produto do curso, exigência do ProfHistória, desenvolverei sequências didáticas que possibilitem a professoras e professores trabalhar o referido tema a partir da realidade das mulheres catadoras de mangabas.

Palavras-chaves: empoderamento feminino – ensino de História – catadoras de mangabas

Summary

Based on the assertion that the emancipation of women and men happens motivated by several dimensions, I propose to research Women's Empowerment from the perspective of the collective from the organization of women mangabey gatherers in the municipality of Barra dos Coqueiros - SE, to identify to what extent, the organization of these women contributes to the collective empowerment of this category. The methodology used in this bibliographical research, we will also launch structured questionnaires and interviews with a view to deepening knowledge about female Empowerment and knowing how the organization of these women works to insert this theme in the teaching of history. As a product of the course, a requirement of ProfHistória, I intend to develop didactic sequences that enable teachers to work on the referred theme from the reality of women mangabey gatherers.

Keywords: womanly empowerment – History teaching – mangaba gatherers

Agradecimentos

Agradeço a todas as forças do bem e da justiça social que me guiaram até aqui, me oportunizando realizar mais um trabalho que procura garantir o reconhecimento do bom e do justo. Aos meus filhos, Victor, Davi e Pedro pela paciência de me aguardar, ao meu companheiro de lutas e sonhos Vanderley pelo companheirismo e parceria, aliás Vanderley foi a pessoa que mais acreditou e me incentivou nessa caminhada...

Agradeço especialmente aos meus pais Deda e Zezé pelo exemplo de perseverança e fé que sempre demonstrou em toda a minha trajetória de vida.

Aos professores do curso Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), em especial ao meu orientador Lucas Miranda pelo incentivo. Vocês são um grande exemplo de que podemos fazer uma educação pública de qualidade e responsabilidade social.

Não poderia deixar de agradecer ao mestre Itamar Freitas pela sua disponibilidade e paciência.

A todos meus colegas de turma pelo companheirismo, em especial a Leila e Ruy por todo carinho e incentivo, vocês foram fundamentais nesse processo.

As mulheres catadoras de mangaba do município Barras dos Coqueiros que me receberam com muito carinho e atenção.

A todos meus familiares, irmãos, primos, primas, tios, tias, sobrinhos, sobrinhas, cunhadas e noras que direto ou indiretamente me incentivam e se orgulham a cada conquista minha, em especial a Kika e Jefferson que sempre foram meus exemplos de vida, vocês são inspirações.

Aos meus alunos, motivo maior da minha procura por conhecimento.

A CAPES pela valorização profissional e incentivo financeiro.

Por fim agradecer as minhas amigas e amigos por acreditarem e confiarem em mim.

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	05
2 - PERFIL DAS CATADORAS DE MANGABAS DO MUNICÍPIO DE BARRA DOS COQUEIROS/SE	09
2.1 – “CATA” DA MANGABA: DESAFIOS E SOBREVIVÊNCIA.....	12
3 – DESCOLONIZANDO ESTRUTURAS	18
3.1 – FEMINISMO NEGRO	18
3.2 – QUESTÕES DE GÊNERO	23
3.3 - EMPODERAMENTO: UMA ANÁLISE INTRODUTÓRIA	28
3.4 – EMPODERAMENTO EM PERSPECTIVA	33
4 - CURRÍCULO: UM ESPAÇO DE DISPUTAS	37
4.1 - CURRÍCULO ESCOLAR COMO ESPAÇO DE DISCUSSÃO DAS HUMANIDADES	43
5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
6 – REFERÊNCIA	52

1 - INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a história das mulheres e o estudo de gênero têm sido motivo de debates tanto nas academias quanto da sociedade em geral. Contudo, consideramos que essa temática precisa chegar à sociedade de forma mais abrangente e qualificada, principalmente, quando se trata das nossas escolas de ensino fundamental e médio.

Neste particular, não nos resta dúvidas, de que o ensino de História pode contribuir de forma qualitativa para esse debate. É perceptível algumas iniciativas que nos fazem acreditar que temos condições de fazer um debate histórico de forma mais inclusiva e democrática.

Contraopondo a uma história positivista, onde o domínio público era a maior preocupação, na década de 1930 o grupo dos Annales, representado por Marc Bloc e Lucien Febre, buscou desvencilhar a historiografia de idealidades abstratas, direcionando o seu interesse para história dos seres vivos, concretos, e a trama do seu cotidiano, em vez de se ater a uma racionalidade universal.

Essa iniciativa da Escola dos Annales foi importante para que pudéssemos pluralizar os objetos de investigação da história apoiando-se em outras disciplinas, tais como a Literatura, a Linguística a Psicanálise e principalmente a Antropologia.

Nessa mesma perspectiva, o escritor e militante socialista Edward Palmer Thompson, considerado um dos maiores historiadores marxistas do século XX, construiu uma

das mais brilhantes obras, *A Formação da Classe Operária Inglesa*, publicada em 1963, na Inglaterra, a respeito da história do trabalho e das lutas populares. Nesta obra o autor objetivou romper com a historiografia que sempre considerou a sociedade do ponto de vista das expectativas e autoimagem da classe dominante.

Faz-se mister pontuar que o autor destaca a participação das mulheres nos motins, que era considerado um dos instrumentos de resistência da época, como também destaca a existência de uma ‘economia moral da plebe’ o que motivaria as suas revoltas, mas ao mesmo tempo cria uma organização social que difere do modelo economicista do marxismo e se desafia a construir algo mais amplo, com a busca da equidade e cooperação mútua nas relações econômicas.

Essa posição fez do autor o precursor da ideia de que a classe trabalhadora não possui papel histórico preestabelecido, esse se constrói justamente no processo.

Não obstante, nos dias de hoje, sustentados também por esses princípios históricos, professores, professoras, militantes sociais, pesquisadores(as), e todas as pessoas que lutam para superar as desigualdades sociais, políticas e de gênero, persistem incansavelmente para que estas não acabem refletidas nos corpos de homens e mulheres que a história insiste em silenciar.

A partir de um levantamento bibliográfico realizado nos bancos do ProfHistória, verifiquei que a temática de gênero, mulheres e especificamente do empoderamento feminino, carecem de aprofundamentos teórico que possibilitem aos estudantes a se construírem como sujeitos históricos a partir da sua própria realidade, ou seja, tomando consciência de que eles e elas são protagonistas da sua própria história e, portanto, sujeitos históricos.

Diante do exposto, elenco como marco referencial a minha experiência como professora de Educação Básica, considerando os cerca de 20 anos ministrando aula , a militância de mais de 10 anos junto aos Movimentos Sociais e Sindical, representante de conselhos de controle social e de normatização da educação, além de outras experiências como mulher negra, mãe de três filhos e esposa , para analisar as possibilidades de como posso contribuir para que as questões de gênero possam ser pautadas de forma qualificada e inclusiva em sala de aula.

Não obstante, os obstáculos se apresentam desde a escassez em encontrar material didático pedagógico adequado a idade dos alunos até a compreensão por eles e elas do lugar em que estão inseridas (os), de onde vieram, o que os/as constroem enquanto sujeitos históricos, qual a sua relação de pertencimento com o a meio. Todas essas questões geram grande dificuldade de abordar a temática.

Diante dessa realidade, esse texto tem como um dos principais objetivos produzir sequência didáticas que dê subsídios aos professores e professoras do ensino fundamental discutirem o tema do empoderamento feminino na perspectiva do coletivo, como preconizou Paulo Freire, em *Medo e Ousadia*, (1986), afirmando não acreditar na autolibertação; a libertação é um ato social.

Com esse projeto buscarei responder a seguinte pergunta: Como a organização das mulheres catadoras de mangabas do Município de Barra dos Coqueiros/SE contribui para o empoderamento delas? Para obter respostas satisfatórias, aprofundaremos a pesquisa sobre empoderamento feminino e realizaremos entrevistas com as catadoras de mangabas com vistas a alcançar o objetivo preterido.

Faz-se mister, reconhecer o empoderamento coletivo como elemento essencial para mudança de paradigma dentro das comunidades, ressignificando os hábitos, valorizando os saberes e fazeres de uma determinada comunidade, sua forma de lidar com os problemas que os circundam, tendo como premissas principais a reconstrução de conceitos sociopolíticos, questionando as relações de poder e suas variáveis.

Diante do exposto, essa pesquisa visa contribuir com discussões relacionadas, precipuamente, ao empoderamento feminino de modo que este proporcione aos professores, professoras e estudantes da educação básica subsídios teóricos e metodológicos para a construção de novas narrativas no espaço da sala de aula.

Entendemos que ao contar a história da organização dessas mulheres contribuiremos para reparar a invisibilidade que a historiografia por muitas décadas as condenou. Nesta mesma perspectiva, dialogaremos com os nossos estudantes a respeito da importância de praticarmos atitudes antissexista na busca de uma sociedade onde os direitos de um determinado grupo não anulem os direitos de outros.

Acreditamos que o processo de ensino aprendizagem deve, ao máximo, se aproximar da realidade dos estudantes com vistas a superar o desinteresse em frequentar o ambiente escolar que não respeita e/ou valoriza o seu cotidiano. Estimular o diálogo a respeito da sua realidade, articulando com o ambiente em que vivem é fundamental para que estes se sintam na condição de sujeitos históricos.

Diante do exposto, buscaremos os fundamentos teóricos que discutem os conceitos essenciais dessa pesquisa, a saber: empoderamento feminino e currículo escolar. Também serão elementos para fundamentar a pesquisa entrevistas com as mulheres catadoras de mangabas do município de Barra dos Coqueiros/SE, que hoje são reconhecidas como

povos tradicionais, com o objetivo de conhecer as suas formas de organização e construir material didático-pedagógico que sirvam de subsídios para professoras e professores discutirem a temática em sala e aula.

2 - PERFIL DAS CATADORAS DE MANGABAS DO MUNICÍPIO DE BARRA DOS COQUEIROS/SE

No Brasil após o suposto “descobrimento” terra e respeito tem se constituído como espaços de disputa e sobrevivência. Durante séculos os povos que aqui viviam não dispunham de políticas públicas, sociais de reconhecimento e tampouco de conceitos que pudessem definir esses povos com maior clareza.

Foram rotulados e tratados como qualquer coisa, menos sujeitos de direitos. Tal realidade nunca foi aceita como pacífica e muitas mulheres e homens lutaram por reconhecimento, por proteção e por reparação do Estado brasileiro frente as perdas históricas sofridas ao longo da história.

Neste cenário no ano de 2007, foi aprovado o Decreto nº 6.040¹, que não apenas instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT, como também define de quem é a competência para coordenar a implementação da Política Nacional para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, sendo atribuída à Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - CNPCT, criada pelo Decreto de 13 de Junho de 2006.

¹ Brasil. Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais.

De forma objetiva, três conceitos foram definidos nesse Decreto que, ao nosso ver é de relevância para a luta histórica desses povos. O primeiro, apresentado no inciso primeiro do artigo terceiro define quem são os Povos e Comunidades Tradicionais, reconhecendo-os como os grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Não resta dúvida de que o conceito é de abrangência significativa que contempla os diversos povos e comunidades que viveram por séculos sem reconhecimento, sem prestígio e vivendo no anonimato.

No segundo inciso do mesmo artigo, temos a clara definição do que é o território, porém, há de ressaltar que essa definição não é para todo ou qualquer território, mas, sim, os tradicionais, que por sua especificidade e importância são definidos como os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os artigos 231 da Constituição Federal e 68 do Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias e demais regulamentações.

Por fim, e não menos importante nessa discussão, é apresentado no inciso terceiro do mesmo artigo o conceito de desenvolvimento sustentável de comunidades tradicionais, reconhecendo-o como sendo o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras.

Esse reconhecimento dos usos equilibrados dos recursos naturais foi apresentado no relatório “Nosso Futuro Comum”, no ano de 1987, produzido no âmbito da Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento.

No ano de 2015 as Nações Unidas propuseram um plano de ações que estabelece 17 objetivos a serem alcançados pelos países membros até o ano de 2030. Entre as metas determinadas estão a erradicação da pobreza e da fome, a igualdade social e de gênero, proteção e conservação os ecossistemas terrestres e marinho.



2.1 CATA DA MANGABA: DESAFIOS E SOBREVIVÊNCIA

Nesta perspectiva, as catadoras de mangabas de Sergipe têm vivido grandes desafios, pois, de forma particular, a especulação imobiliária tem dificultado a preservação do meio ambiente, bem como a diminuição dos espaços de cata da mangaba.

O Decreto lei mencionado, foi substrato para desencadear outras leis em âmbito estadual que, pelo autorreconhecimento de si, categorizou e reconheceu outro (s) grupo (s) culturalmente diferenciado (s).

É nesse contexto que se situa a Lei nº 7.082², de 16 de dezembro de 2010, aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe, que reconhece as catadoras de mangaba como grupo cultural diferenciado e estabelece o auto reconhecimento como critério para o reconhecimento do direito.

O sentimento de pertencimento a determinada comunidade e o reconhecimento por estar enquadrado em uma cultura diferenciada, que possui características próprias foi essencial para que estas tivessem o reconhecimento respeitado e materializado em pelo Órgão Legislativo Estadual.

² Lei nº 7.082 de 16 de dezembro de 2010, reconhece as catadoras de mangaba como grupo cultural diferenciado e estabelece o autorreconhecimento como critério do direito e dá outras providências.

A supracitada lei, em seu artigo primeiro, toma para o Estado de Sergipe a responsabilidade em reconhecer as catadoras de mangabas como grupo culturalmente diferenciado, que devem ser protegidas segundo as suas formas próprias de organização social, seus territórios e recursos naturais, indispensáveis para a garantia de sua reprodução física, cultural, social, religiosa e econômica.

De forma ainda mais objetiva, entendemos que as catadoras de mangabas são mulheres que, em sua maioria, sobrevivem economicamente do extrativismo, “cata da mangaba” e se organizam em torno tanto do um Movimento das Catadoras de Mangabas de Sergipe (MCM), quanto de uma associação comunitária formada pelas mulheres que catam os frutos da mangaba e são responsáveis por seu beneficiamento.

Ainda no parágrafo único, do artigo primeiro, é enfatizado que o autorreconhecimento, como catadora de mangaba, é o critério fundamental para a efetivação do estabelecido no artigo primeiro. No nosso entendimento, aprofunda e/ou explicita a responsabilidade do Estado em reconhecer como grupo culturalmente diferenciado, proteger sua forma de organização social, seus territórios e recursos naturais, que são indispensáveis a sua dignidade ressaltada pelos elementos de garantia de sua reprodução física, cultural, social, religiosa e econômica.

Comungamos, neste sentido, do pensamento defendido por Joan Scoot (1992), no tocante as relações sociais de gênero, pois ela as considera como relações primárias de poder, pois é expressa primeiramente no plano da cultura, das instituições normativas, da representação e construção de subjetividades.

No Estado de Sergipe, segundo dados do Mapa do Extrativismo da Mangaba em Sergipe: situação atual e perspectivas (2017), as catadoras de mangabas estão presentes, principalmente, em cerca de 15 municípios. A atividade de “*catar*” ou coletar mangabas é

uma atividade desenvolvida majoritariamente por mulheres como forma de subsistência quer seja econômica por meio da venda, ou para consumo próprio. Segundo Patrícia de Jesus, Presidenta da Associação das Catadoras de Mangaba do Município da Barra dos Coqueiros, no Estado de Sergipe, “a prática chegou ao município através da minha avó, que ao casar-se trouxe consigo essa prática para as demais mulheres do município”³.

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA⁴, realizou e publicou estudo em 2017, intitulado “Mapa do Extrativismo da mangaba em Sergipe,” no qual identificou que 1.776 famílias se dedicam à cata⁵ do fruto.

As mulheres são, em sua maioria, de pele negra e possuidoras de um rico conhecimento a respeito da dinâmica ambiental. De princípio as condições de moradia eram precárias, com o passar do tempo, com muito esforço, dedicação e organização essa realidade está sendo superada. O estado gritante de falta de condições pobreza já não se traduz com a mesma consistência.

No Município de Barra dos Coqueiros, cerca de 120 (cento e vinte) famílias sobrevivem da renda adquirida com a *cata* da mangaba. A presença preponderante de mulheres na atividade de coleta é notória, apesar de que esse fato já foi consideravelmente maior.

Em relação a rotina, elas possuem jornadas de trabalho exaustivas, saindo de casa muitas vezes ainda na madrugada se estendendo até o final da tarde. Isso tem ocasionado alguns problemas de saúde como: câncer de pele, dores na coluna, perda das digitais, rachaduras nos pés, entre outras enfermidades. Elas catam em área própria, que geralmente é

³ Pré-entrevista realizada com Patrícia Santos de Jesus em 03/06/2021.

⁴ Mapa do extrativismo da mangaba em Sergipe: situação atual e perspectivas / Raquel Fernandes de Araújo Rodrigues... [et al.] - Brasília, DF: Embrapa, 2017.

⁵ Utilizaremos em nosso trabalho essa denominação por ser assim que as catadoras tratam a coleta do fruto.

muito pequena, ou em sítios maiores, onde é necessário o pagamento de uma taxa estabelecida pelo dono do sítio.

Atualmente, a *cata* não é suficiente para garantir o sustento durante todos os meses do ano, forçando as mulheres buscarem outras formas de trabalho para garantir a sobrevivência. “não há possibilidade de sustentar nossas famílias somente da venda da mangaba, pois esse fruto não dá o ano todo e aí se a gente não arrumar outra coisa pra fazer vai passar fome,”⁶ afirma a presidenta da Associação.

Diversas são as estratégias que as catadoras utilizam para vender o fruto in natura ou já beneficiadas e processadas sob as formas de doces, balas, compostas, geleias, biscoitos, bolos, sucos, polpas de frutas, licores etc., em uma infinidade de sabores devido à diversidade de frutas tropicais encontradas na região.

Esses produtos além de serem comercializados em vários pontos de vendas distribuídos no litoral ou na capital do Estado de Sergipe é vendido em eventos festivos e enriquece o cardápio da alimentação dos alunos das escolas públicas, de cerca de cinco municípios, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), através da inclusão de bolos, biscoitos, frutas in natura, polpas de frutas e doces nos cardápios.

A comunidade possui várias formas de organização social, porém, sua principal está sustentada na Associação das Catadoras de Mangabas do Município de Barra dos Coqueiros – ACMBC, cujo objetivo principal é tem sido buscar novas formas de organização social que contribuam com as lutas pela garantia dos nossos direitos socioambientais como as criações de unidades de conservação, pois sem a planta que gera o sustento, a vida e a existência da própria comunidade estariam comprometidas. Para se interligarem ao mundo,

⁶ Idem.

por meio da tecnologia, possuem um sítio eletrônico que pode ser acessado pelo endereço www.catadorasdemangaba.com.

Vale ressaltar que o processo de beneficiamento dos produtos da mangaba foi motivado tanto pelo autorreconhecimento das catadoras quanto pelos avanços na organização social. Um desses momentos organizativos a ser referendado é a criação do Movimento das Catadoras de Mangabas de Sergipe – MCM. Conforme sustenta a pesquisadora Jesus (2018), “O Movimento das Catadoras de Mangaba de Sergipe teve sua fundação em 2007, num momento posterior à realização do I Encontro das Catadoras de Mangaba de Sergipe, liderado pelo discurso de defesa do extrativismo da mangaba, modos de vida e biodiversidade costeira e marinha.” (Jesus e Santos, 2018, p. 92). De certo, uma das finalidades dessa organização é, sem dúvidas, consolidar os traços do segmento de comunidade tradicional ameaçada em virtude da diminuição do território em que as catadoras de mangaba se utilizam para o desenvolvimento de suas práticas extrativistas necessárias a sobrevivência.

Mesmo tendo na mangaba beneficiada uma das alternativas significativa de fonte de renda, o ano de 2020 foi difícil para as catadoras. Segundo Patrícia, neste ano, “aumentou o número de famílias para catar mangaba, isso por conta do desemprego ocasionado pela pandemia que estamos vivenciando, o que dificulta ainda mais a rentabilidade dessas mulheres.”⁷

A divisão sexual do trabalho também está presente no “fazer” das catadoras. O ato de *cata* que antes era restrito apenas as mulheres atualmente já conta com os trabalhadores do sexo masculino, mesmo que com quantitativo restrito, são eles, em sua maioria, filhos ou companheiros das catadoras de mangabas.

⁷ **Ibidem.**

A divisão sexual do trabalho está presente no “fazer” das catadoras. O ato de *cata* é visto como espaço relativo à mulher, apesar de que hoje já encontramos alguns poucos homens executando esta tarefa, mas isso nos faz reafirmar que os mecanismos de subordinação do feminino ao masculino, fruto de uma organização de sociedade patriarcal tão marcada pela desvalorização da figura da mulher, continua predominando em muitos espaços da nossa sociedade.

Essa mesma desvalorização do trabalho da mulher, fez as catadoras viverem por muito tempo no anonimato, “éramos ridicularizadas e até chamadas de ladras de mangabas. Atualmente a situação é diferente, porque a condição social, econômica e identitária está ajudando a nós auto reconhecer e exigir da sociedade respeito e valorização”.

3 – DESCOLONIZANDO AS ESTRUTURAS

3.1 – FEMINISMO NEGRO

“O racismo nosso de cada dia”. Essa frase pode nos parece ser assustadora, mas, infelizmente, é uma realidade. E quando se fala no racismo contra mulheres pretas essa realidade é ainda mais assustadora e cruel.

Cotidianamente somos alvos de constrangimentos, humilhações e desrespeitos de toda forma. E o que mais nos assusta é a naturalização desses atos, seja em propagandas publicitárias, seja na fila de um banco, ou até mesmo dentro das nossas próprias casas. Somos excluídos de qualquer tipo de reconhecimento seja ele individual, político ou social.

Segundo Kilomba (2019)

O racismo cotidiano não é um “ataque único” ou um “evento discreto”, mas sim uma “constelação de experiências de vida”, uma exposição constante ao perigo, um “padrão contínuo de abuso” que se repete incessantemente ao longo da biografia de alguém.

Ouvir algumas vozes, no mundo acadêmico, que o bom pesquisados deve se distanciar, emocionalmente, do seu objeto de pesquisa. De certo, essa regra não é geral, pois para diversos a representatividade e o meio em que estão inseridos por mais que tentem se distanciar o objeto está intrínseco, em si.

No momento da entrevista com as mulheres catadoras de mangaba, foi nítido a percepção de que a subjetividade por elas possuídas, a memória histórica, a memória coletiva dialoga ente si e constantemente se ressignificavam nos mesmos medos e nas mesmas angústias.

Mas o que significa essas coincidências? Apesar da sociedade tratar de mulheres que estão em condições socialmente distintas, significa que as mulheres negras estão excluídas de discursos que falam sobre sua realidade. É importante deixar claro que não me refiro a palavras conectadas, mas a noção foucaltiana de discurso, ou seja, nas políticas que tem o “poder” de proporcionar experiências distintas a pessoas distintas.

As opressões identificadas nas entrevistas com as catadoras de mangabas, que aqui abro um parêntese para explicar que são mulheres em sua maioria negras, porém, não se reconhecem como tal demonstra que devemos considerar a multidimensionalidade quanto a raça, gênero classe e sexualidade e não hierarquizar opressões, ou seja, a indissociabilidade dessas dimensões é impossível.

Neste sentido, precisamos detectar como essas dimensões agem, na maioria das vezes, de forma combinada para oprimir e controlar as mulheres.

Não podemos falar em hierarquizações de opressões porque ela não existe. Cada mulher vive experiência por conta da sua cor, raça, gênero ou classe social que nos coloca no mesmo lugar de oprimidos e controlados. É claro quando essas dimensões estão presentes de forma maior em suas vidas, pois estas são submetidas a um número maior de opressões.

De certo, seria impossível mensurar quais opressões seriam maiores ou menores, pois todas tem a intenção de colocar em um lugar de subalternidade e insegurança.

Não obstante, é imperativo falar da insegurança que as opressões proporcionam, pois enquanto se sentem inseguras não conseguem adquirir a auto definição e tampouco auto avaliar sendo esta condição “sine qua non” para que se possa combater os discursos e lugares que foram pré-estabelecidos para elas.

Epistemologicamente as mulheres, ao longo da história, foram silenciadas e desautorizadas colocadas em lugar de neutralidade. Por muito tempo se falou de feminismo hegemônico e para isso vozes foram caladas, histórias foram cessadas. Talvez seja esse o fato que incentive várias mulheres a resistirem a humanidades negadas. Sem dúvidas, enquanto negamos nossa humanidade manteremos as mesmas ideias coloniais de raça, gênero e classes sociais.

Temos inúmeros desafios a vencer, contudo, ao negligenciarmos as práticas antirracistas estaremos referendando a cristalização de conceitos patriarcais e sexistas que, de forma evidente, prejudica a pluralidade da formação social.

Bell Hooks (2020), afirma que

Interações antirracistas entre mulheres e homens são difíceis em uma sociedade que se mantém segregada racialmente. Apesar das configurações diversas do trabalho, a maioria das pessoas ainda socializa somente com pessoas do seu próprio grupo. Racismo e sexismo combinados criam barreiras nocivas entre mulheres (HOOKS, 2020 P 93-94)

Contudo, é imperativo refletir sobre o como falar de empatia e companheirismo numa sociedade que não prioriza vencer a luta contra o racismo, sexismo, patriarcalismo.

Nesta toa, faz-se necessário provocar o debate a respeito de um tema que fomenta debates no Movimento Feminista e nas academias, a sororidade. Este conceito, de certo, está

ligado aos movimentos feministas por significar, na sua essência, a união e a aliança entre mulheres, baseados na empatia e no companheirismo.

Quando contextualizada essa ideia pode parecer bastante poderosa; quando não, ela permanece uma presunção falsa e simplista que negligencia a história da escravidão, do colonialismo e do racismo nos quais mulheres brancas tem recebido de uma parcela de poder *branco* masculino em relação tanto a mulheres negras quanto a homens negros. (KILOMBA, 2019 p. 101)

Nesse sentido, mais uma vez, pautamos a importância do enredamento entre raça e gênero com o objetivo de quebrar a hierarquia racial e caminhar para uma real sororidade entre as mulheres.

Essa problemática vem nos lembrar do “racismo genderizado” que é quando mulheres negras estão sendo incorporadas a discursos sem nem ao menos serem ouvidas no seu lugar de mulher negra. Não podemos esquecer que mulheres brancas, por serem brancas, tem privilégios que as mulheres pretas não têm e por conta disso as experiências das mulheres brancas são diferenciadas. Por isso que as mulheres negras precisam merecem ouvidas na perspectiva de questionar o feminismo global e o racismo generalizado.

Por conseguinte, o gênero não pode ser encarado como foco primário e único para analisar a condição da mulher. Se não encararmos o racismo como uma das condições fundantes das estruturas de poder, continuaremos invisibilizando as mulheres negras, e ainda pior, reafirmando a institucionalização desse racismo.

A luta antirracista não é parte das preocupações das feministas ocidentais, principalmente porque as suas percussoras *brancas* não foram e não são confrontadas com a violência racista, assim, o único foco são as suas teorias. (KILOMBA, 2019 p. 103)

Essa eterna luta da mulher preta por negociar e muitas vezes ser forçada a negligenciar as suas humanidades as coloca numa situação de fragilidade o que bloqueia significativamente o seu processo de empoderamento.

O lugar de fala da mulher preta precisa ser repensado e respeitado. As experiências conflituosas vividas por essas mulheres pretas fazem parte de um projeto colonial, machista, sexista e racista que precisamos nos debruçar em estudos. Não há que questionar o fato de uma mulher preta poder falar de suas experiências, criar condições para elas ocupem espaços de poder, adentrem as universidades e sejam ouvidas.

Essas condições são fundamentais para que elas não só falem das opressões que as atinge, mas participem da elaboração de projetos que promovam uma educação antirracista, não só nas escolas, mas em todos os espaços que se encontrem homens e mulheres, pretos ou não pretos, comprometidos em descolonizar pessoas.

Certamente, não basta que a mulher preta só fale, ela precisa ser ouvida. “Falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas o poder existir” (RIBEIRO, 2020 p. 64)

3.2 - QUESTÕES DE GÊNERO

O Brasil passou por uma redefinição nas relações entre homens e mulheres na sociedade e na família representada por uma longa mudança institucional, que propiciou uma relativa desmontagem dos privilégios masculinos na família e na sociedade e a obtenção de crescentes direitos às esposas e aos/às filhos/as.

Na conjuntura em que vivemos, provocar o debate de gênero, sexualidade, raça e classe para a sala de aula se torna cada vez mais urgente e necessário.

Nesta perspectiva, fomentaremos, a partir de então, o debate de gênero, que segundo o Novo Dicionário da Língua Portuguesa (Aurélio Buarque de Ollanda Ferreira), gênero é definido como uma categoria que indica por meio de desinência uma divisão dos nomes baseado em critérios, tais como: sexo e associações psicológicas. Há gêneros masculino, feminino e neutro.

Segundo Heilborn (1994A), Gênero é um conceito das ciências sociais que, *grosso modo*, se refere à construção social do sexo. Noutras construção sociológica poderíamos entender que a palavra sexo designa agora a caracterização anátomo-fisiológica

dos seres humanos, estendendo, ao máximo, para compreensão da atividade sexual propriamente dita.

Nessa toa, debater gênero no espaço da sala de aula é fundamental, pois a partir da diversidade que temos no espaço escolar, estaremos oportunizando um debate no qual as divergências e as concordâncias poderão se confrontar objetivando uma construção respeitosa sobre as nossas subjetividades.

A categoria gênero, largamente entendida e naturalizado em nossa cultura, é atravessada por inúmeros discursos religiosos, científicos, políticos, culturais, sociais, entre outros – e são eles determinantes à construção do estatuto de naturalidade que marca nossas subjetividades, nossos entendimentos sobre o que somos como olhamos e atuamos em nossas relações sociais. (CAETANO, 2016, p. 155)

Entender o debate de gênero como uma situação cultural como qualquer outra que permeia nossas vidas, abre um campo de possibilidades culturais e ao mesmo tempo reinterpretadas, contrapondo discursos tradicionais e excludentes que de tão massificados dá o efeito de substância de natural e inquestionável.

Questionar esse é nosso principal propósito. Questionar o porquê da história das mulheres é invisibilizada nos livros didáticos e nos currículos escolares; questionar por que nas raras abordagens sobre gêneros nos currículos escolares são trazidas como explicações causais e universais sem o comprometimento de ressignificar os padrões pré-estabelecidos; questionar porque as ações na área de saúde sexual e reprodutiva ajudam a reduzir a mortalidade infantil e a combater a persistência de níveis elevados e inaceitáveis de mortalidade materna, cujas causas estão relacionadas, sobretudo, à má qualidade da assistência obstétrica e ao aborto clandestino e inseguro.

O fato é que a sociedade brasileira está ficando cada vez mais plural e as desigualdades de gênero não cabem mais em esquemas de interpretações unidirecional, mas demandam uma análise multifacetada. De certo, o empoderamento representa uma maneira inovadora de enfrentar as desigualdades de gênero existente tanto na esfera pública quanto na provada e estimula a ampliação das capacidades individuais, como o acesso as fontes de poder.

Entendendo gênero como uma produção de poder, tomamos para nós esse debate por entender que a função social da escola é, acima de qualquer outra. Estamos falando da inclusão de homens e mulheres que independente do seu sexo de nascimento tem aspirações e desejos que muitas vezes são frustrados por normas de uma sociedade que insiste em ditar regras e padrões de comportamentos que devem ser seguidos por todos independente de sexo ou gênero que se identifique.

Por mais que nós pesquisadores, movimentos sociais, sociedade civil organizada discute o conceito de gêneros e suas implicações, não obteremos resultados satisfatórios se não questionarmos as normas socioculturais discriminatórias existentes na sociedade. É preciso apontar para análises sobre os elos entre o racismo, sexismo, intolerância e formas de violência no trabalho no Brasil, e olhar para a permanência de salários e rendimentos com base na discriminação pelos fatores cor/raça e gênero.

Não obstante, afirmar que

A desigualdade de gênero é uma questão de relação de poder entre as mulheres e os homens e entre as pessoas e grupos na sociedade. As relações de poder desiguais permeiam os sistemas sociais e as instituições, quer seja família as organizações, as comunidades e a sociedade em geral. Contudo, as dinâmicas de poder podem manter ou mudar as normas injustas, os privilégios nas regras e sistemas que não são equitativos. (RAO e al 2016, p. 31P)

É acreditando na possibilidade dessa mudança através dos verdadeiros agentes transformadores da sociedade, entendendo como agentes transformadores família, escola, movimentos sociais e sociedade civil organizada, que trouxemos o debate sobre a condição das mulheres catadoras de mangaba por entender que pautar a vida dessas mulheres no ambiente escolar, não só atenderá aos interesses estratégicos das mesmas mas estaremos, questionando regras, combatendo privilégios e debatendo necessidades práticas dessas mulheres.

Necessidades práticas e interesses estratégicos são complementares e interligados. Esses dois elementos suscitará os agentes envolvidos a responsabilização social, inclusiva e igualitária. O panorama do mercado de trabalho assinala a desigualdade entre as próprias mulheres, bem como entre mulheres de renda mais alta e os homens situados nos estados inferiores da distribuição. É necessária a adoção de uma perspectiva de gênero que se afaste da concepção binária e que considere sistematicamente a interseção com outros padrões de desigualdade, como raça/etnia.

Entendendo como necessidades práticas de gênero as necessidades imediatas e cotidianas derivadas da divisão tradicional do trabalho, das tarefas socialmente atribuídas as mulheres; e os interesses estratégicos de gênero as medidas que questionam a subordinação e a discriminação das mulheres relativamente aos homens e as relações de poder desiguais.

De certo, precisamos ficar atentos aos processos de formação de identidades e manutenção das relações de poder.

O que realmente conta é a nossa postura, a nossa mentalidade. E se criássemos nossas crianças ressaltando seus talentos e não seu gênero? E se

focássemos em seus interesses sem considerar gênero. (CHIMAMANDA, 2015, p. 38)

Focar as ações dos processos educacionais nas humanidades é o que nos interessa; criar condições reais para que possamos, não só discutir gênero como processo cultural, mas principalmente entender como funciona a dicotomia gênero/poder no seio da sociedade no sentido de subverter a lógica atual, é o que nos move.

Vale salientar que quando falamos de “poder” não estamos interessados em reverter a lógica do poder, ou seja, ocupar o espaço de quem hoje tem o “poder” institucional e usa desse instrumento para oprimir as classes consideradas minoritárias. Estamos falando de um “poder” que possa atravessar as camadas sociais e realizar mudanças em toda a estrutura social.

As formas com que as pessoas lidam com os desafios do trabalho e da vida familiar são marcadas pelas desigualdades de gênero. As desvantagens vivenciadas pelas mulheres afetam na renda, o compromisso, a estabilidade nos pontos de trabalho e a qualidade de vida de todos os membros da família. É clarividente que se deve captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais principalmente no ponto em que ultrapassa as regras de direito que o organizam e delimitam. Em outras palavras, captar o poder na extremidade cada vez menos jurídica do seu exercício.

3.3 - EMPODERAMENTO: UMA ANÁLISE INTRODUTÓRIA

A história das mulheres é permeada de desafios aos quais as obrigam a exigir da sociedade que pautem a discussões dos mecanismos que insistem em mantê-las em condições de subalternidade em relação aos homens.

Basta que resgatemos a partir de qual momento da história as mulheres puderam garantir o direito de estudar. Entendemos que naquele momento histórico não se materializou, de fato, a valorização do papel da mulher na sociedade, pelo contrário, manifestou-se mais uma estratégia do capitalismo para continuar se utilizando de mão de obra barata sem que essas pudessem abrir mão trabalho reprodutivo dentro dos seus lares.

Neste sentido, assim como as mulheres do espaço da fábrica passaram a trabalhar, noutra setores da sociedade essa prática também se estendeu, quer seja na fábrica ou noutras atividades, mas a mulher passou a trabalhar.

Da mesma forma, buscaremos entender até que ponto a organização das mulheres catadoras de mangaba, do município de Barra dos Coqueiros no Estado de Sergipe, pode ter influenciado no processo de empoderamento das mesmas, bem como, no empoderamento da comunidade a qual estão inseridas.

doravante, não consideramos prudente aprofundar o entendimento sobre empoderamento sem considerar as contribuições de Paulo Freire (1986), que, oportunamente, em suas análises pontuais já defendia que “A conscientização deve partir do social e do coletivo, e não apenas do individual”.

Neste sentido, não se pode desconsiderar que há um estreitamento entre as fontes de poder, as estruturas sociais de relevância e o empoderamento feminino, conforme citado por Sardenberg (2017, p. 54) ao citar o pensamento de Nelly Stromquist,

O empoderamento consiste em quatro dimensões, cada uma igualmente importante, mas não o suficiente por si própria, para levar as mulheres a atuarem em seu próprio benefício. São elas a dimensão cognitiva (visão crítica da realidade), psicológica (sentimento de autoestima, política (consciência das desigualdades de poder e a capacidade de se organizar e se mobilizar) e a econômica (capacidade de gerar renda independente). (apud, 2002, p.232, tradução nossa)

O termo empoderamento vem sendo usado de forma muitas vezes esvaziada, sem a preocupação de aliar o termo a conscientizar-se criticamente na prática que seja algo contestador e revolucionário na sua essência.

Essas provocações aguçaram minha atenção a partir da militância nos Movimentos Sociais e leituras sobre o empoderamento feminino. Apesar do termo ser considerado polissêmico, ao comparar as leituras com os discursos de mulheres que, muitas vezes, se intitulam ‘empoderadas’ fica evidente algumas inconsistências entre os diversos

conceitos que se discutem, principalmente, nos campos da educação, da política e dos discursos dessas mulheres.

Instigada a partir daí, busco aprofundamento sobre o tema que tanto se faz necessário a compreensão e o exercício da prática. Motivada por compreender as suas formas de organização, debruçei a pesquisa sobre as mulheres catadoras de mangabas do município de Barra dos Coqueiros/SE por presumir que os seus saberes e fazeres podem representar sistematicamente as categorias de empoderamento na educação, na política e na economia.

Ao aprofundar as leituras sobre o empoderamento feminino e o ensino de História, é perceptível que a historiografia pouco priorizou sobre essa pauta. Diante dessa constatação, compreendo ser de grande valia elaborar sequências didáticas que possibilitem a reescrita de uma nova história incluindo sujeitos que sempre estiveram à margem da vida política da sociedade, mas que sempre fizeram parte desta, como responsáveis por mudanças estruturais no processo sociopolítico - econômico.

Durante as últimas décadas, é consenso entre os educadores e investigadores do campo educacional, que a educação pode criar meios efetivos para o desenvolvimento da sociedade através de uma prática multicultural, inclusiva e libertária, com a participação de todas as pessoas envolvidos no processo. Dessa forma, nos questionamos: por que não priorizamos trabalhar as questões de gênero, raça, etnia e classe, nos conteúdos de história, partindo da realidade concreta dos/das estudantes e da comunidade que os cercam?

Faz-se mister lembrar que a “educação é, acima de tudo, um ato político!” (FREIRE,1994). Nesta perspectiva, as escolas precisam ser pensadas como espaço de negociação das diferenças e os currículos escolares organizados de forma que possibilitem as investigações das narrativas, reflexões autobiográficas, interpretações revisionistas e

compreensão contextual da sociedade, possibilitando a/aos estudantes a construção de narrativas que questionem as políticas que insistem em manter o *status quo* inviabilizando a ocupação de espaços públicos e privados pelos corpos responsáveis pela manutenção da nossa cultura e diversidade.

Neste interim, apesar de percebermos avanços, mesmo que tímidos, nas propostas de políticas públicas educacionais desde a década de 1990, como os PCNs, no qual já defendia que,

A educação para a cidadania requer que as questões sociais sejam apresentadas para a aprendizagem e a reflexão dos alunos buscando um tratamento didático que contemple sua complexidade e sua dinâmica, dando-lhe a mesma importância das áreas convencionais. (BRASIL, 1997, p. 25)

É perceptível que a luta para incorporar as questões sociais, a vivência e a realidade dos educandos não sejam contempladas no processo de ensino aprendizagem na prática. Assim, entende-se que o processo escolar não deve ser externo a realidade vivida pelos estudantes, pelo contrário, e no “chão da escola” que professores e professoras precisam fazer com que as práticas curriculares cotidianas adquiram sentido emancipatório voltados para superar a lógica do capital e todas as formas de política excludente.

Diante do exposto, entendo ser de máxima importância e urgência colaborar para que nós, professores e professoras do ensino básico, possamos usufruir de materiais didáticos pedagógicos que contribuam para a discussão em sala de aula de temas que versem sobre história das mulheres, gênero, raça e etnia.

Nesta perspectiva, nos debruçamos a aprofundar sobre empoderamento feminino e o desenvolvimento de sequências didáticas que tratem de temas que possibilitem aos professores e professoras um debate qualificado sobre estes com os estudantes.

Parafraseando o memorável educador Paulo Freire, que acreditava na conscientização a partir do social e do coletivo e no empoderamento a partir da teoria da consciência crítica, despertou-me a atenção a organização das mulheres catadoras de mangabas do município de Barra dos Coqueiros, no Estado de Sergipe, pois presumo que a organização dessas mulheres pode refletir várias dimensões do empoderamento feminino. De acordo com Cecília M. B. Saedenberg (2017, p. 53, apud BATLIWALA, 1994),

O termo empoderamento se refere a uma gama de atividades, da assertividade individual até à resistência, protesto e mobilização coletiva, que questionam as bases das relações de poder. No caso de indivíduos e grupos cujo acesso aos recursos e poder são determinados por classe, casta, etnicidade e gênero, o empoderamento começa quando eles não apenas reconhecem as forças sistêmicas que os oprimem, como também atuam no sentido de mudar as relações de poder existentes. Portanto, o empoderamento é um processo dirigido para a transformação da natureza e direção das forças sistêmicas que marginalizam as mulheres e outros setores excluídos em determinados contextos.

De certo, esta pesquisa se desenvolverá no sentido de contribuir para a visibilidade dessas mulheres enquanto questionadoras das estruturas de poder na perspectiva do coletivo.

Para que os desdobramentos sejam satisfatórios daremos aprofundamento sobre as várias dimensões e conceitos de empoderamento feminino nas diferentes áreas do conhecimento chamando atenção particular as dimensões educativas e políticas, por entender que a formação da consciência histórica perpassa pela consciência política e, nós, professores e professoras, precisamos criar mecanismos para que várias consciências históricas dialoguem com objetivo de construirmos uma educação antirracista e antissexista e conseqüentemente plural.

3.4 - EMPODERAMENTO EM PERSPECTIVA

Falar de empoderamento feminino é falar da tomada de poder, da quebra de paradigmas, é falar de uma construção, que apesar de lenta está acontecendo priorizando a democracia e a justiça social.

De forma particular, quando tratamos de empoderamento feminino no ambiente escolar torna-se muito mais significativo, porque estamos tratando do empoderamento coletivo no qual questiona as estruturas de poder ressignificando as relações sociais.

Dentro da cultura de dominação patriarcal, capitalista de supremacia branca, crianças não tem direitos. O movimento feminista foi o primeiro movimento por justiça social nesta sociedade a chamar a atenção para o fato de que nossa cultura não ama as crianças, continua a enxergar as crianças como propriedades do seu pai e da sua mãe para que faça com ela o que bem entenderem. (HOOKS, 2020, p. 110)

Fomento essa reflexão para que nós professores (as), ativistas sociais, mãe, pais e todas as pessoas que se preocupam com nossas crianças e jovens, não só as considerando “o futuro do Brasil”, mas como uma realidade presente nos ambientes escolares e na sociedade e que realmente precisam de uma educação que falem com eles e sobre eles.

Temos visto várias iniciativas, principalmente, das políticas públicas voltadas a educação, em discutir temas considerados “transversais” como: racismo, homofobia, machismo, entre outros, mas numa perspectiva de informa-los. A nossa proposta é de encorajá-los e empoderá-los na perspectiva freiriana de emancipação, construção e desconstrução de paradigmas.

Ao materializar essas reflexões para nossas crianças e jovens pretendemos contribuir para a construção da sua autonomia, individual e do coletivo na tomada de decisões, provocando reflexões reais tanto para sua vida quanto para a vida em comunidade.

Faz-se mister salientar que não existe a palavra empoderamento dicionarizada no Brasil. Trata-se de um neologismo que vem sendo utilizado pela sociedade, mas que, algumas correntes feministas preferem substituí-lo por fortalecimento.

Esse conceito vem sendo utilizado na sociedade muitas vezes de forma aleatória e indiscriminada e outras vezes de forma intencional por pessoas que se utilizam do conceito para aplicar políticas públicas relacionadas principalmente as mulheres de exploração e dominação das mesmas.

Nesta perspectiva, vale lembrar que esse conceito surgiu da “práxis” para a “teoria” sendo utilizado inicialmente por ativistas feministas e só mais tarde se tornou objeto de teorização nas academias. O que o movimento feminista considera com ressalvas é o fato do conceito de empoderamento, pensado por elas, em alguns discursos se tornou sinônimo de desenvolvimento e supremacia.

O que está em questão não é o conceito teórico do termo, mas sim, a ordem política. O conceito de empoderamento que o movimento feminista defende vai além do

econômico. Empoderar na perspectiva feminista é sair das amarras do patriarcado, da opressão de gênero e de todas as suas consequências.

Na perspectiva feminista empoderar significa, antes de qualquer coisa, assumir o controle sobre nossos corpos e nossas vidas, além de nos aproximar do contexto socio político que reafirma o patriarcado e legitima a dominação masculina com a intenção de subverte-la.

Ao discutir o conceito de empoderamento estamos falando de algo significativo, emancipador, principalmente heterogêneo. Queremos questionar as estruturas do poder, mas sem ocupar o lugar do opressor.

As condições que se encontravam as mulheres ao longo da história colocaram as questões de gênero acima das demais questões, pois essa relação não envolve apenas diferenças sexuais, mas envolve as condições a que foram submetidas, condições essas pautadas nas hierarquias de gênero sob práticas patriarcais. Para acontecer mudanças, foi necessária uma transformação no empoderamento da mulher, sendo essa uma condição fundamental para transformar as relações de gênero e viabilizar a igualdade entre os sujeitos. (CARVALHO, 2011, p. 151)

Temos a pretensão de criar novos paradigmas, novas bases estruturantes da sociedade, novas ferramentas de diálogos e inclusão em benefício da coletividade. Estamos falando em criar possibilidades de escolha estratégicas proporcionando recursos, orientando processos, possibilitando tomadas de decisões conectadas a razão coletiva.

Estamos questionando o conceito de empoderamento que está sendo apropriado por políticas neoliberais como forma de responsabilizar as pessoas pelos seus fracassos.

Há que se deixar muito bem pontuado que, uma vez que se trata de instrumento importante nas lutas emancipatórias de minorias sociais, sobretudo de cunho racial e de gênero, não podemos cair na vala comum e seguir permitindo que o termo padeça de relevância prática e ideológica por meramente cair nas raias do pensamento liberal, servindo assim de sustentação do saber que fatalmente é a raiz da situação que cria necessidade de haver um processo de empoderamento. (BERTH, 2018 p. 42)

Atentemo-nos, contudo, ao que a pesquisadora aponta como contradições ao processo de empoderamento, o fato de o indivíduo ter compreendido sua realidade, questioná-la e ter mobilidade social não o retira da condição de oprimido ele continuará exposto as mazelas que o seu grupo social de origem se submete. O que possivelmente mudará essa condição é também o empoderamento dessa comunidade procurando reestruturar as bases de poder na perspectiva do coletivo exercendo seus direitos políticos.

O exercício do direito político precisa ser conquistado para que o grupo social envolvido possa participar das decisões coletivas e assim planejar as estratégias de luta objetivando maior envolvimento da comunidade e democratizando os espaços de decisões públicas.

O movimento feminista entende que o empoderamento feminino se dá a partir da desconstrução das bases do patriarcalismo, machismo e do sexismo. Dessa forma, Carvalho se posiciona no sentido de que,

As mulheres se organizaram para que sua voz fosse ouvida, lutando para melhorar sua qualidade de vida, suas condições de trabalho, contra as diferenças de sexo, enfim para se afirmarem na sociedade civil como pessoas de direito e públicas. A conquista da cidadania feminina, sua saída do meio privado para o público, sua entrada no mercado de trabalho, sua liberação sexual, enfim, constituíram-se em progressos positivos para todas as mulheres da sociedade contemporânea. (CARVALHO, 2011, p. 152)

Parafraseando Paulo Freire, a “conscientização” das opressões precisa ser reconhecida como fundante no processo de emancipação. Essas negociações no âmbito privado e público devem ser legitimadas pelo coletivo para que ganhe o caráter de

continuidade e saia da condição de vitimização para condição de construtores de ferramentas de lutas.

Nesta toa, não pretendemos nos vitimizar diante das opressões de raça e gênero que dificulta o processo de empoderamento, ao contrário, trouxemos o debate para que a tomada de consciência seja coletiva para que possamos efetuar as mudanças estruturais necessárias vislumbrando, de certo, o alcance do empoderamento.

4 - CURRÍCULO: UM ESPAÇO DE DISPUTAS

Na atualidade muito se discute sobre currículo. De certo, é a uma das tônicas do momento histórico. No entanto, algumas provocações nos perturbam no sentido de compreender por que lhe é dado tanta atenção. De onde vem essa ideia de currículo e porque ela surgiu? Por que essa disputa no campo educacional, ela vislumbra dominação, poder? Ela interfere na formação do pensamento quais seus reflexos no ambiente social? Só existe um conjunto de teoria do currículo ou existem várias? Essas indagações instigam a nossa busca por respostas.

A formulação de práticas do currículo antecede qualquer organização, propriamente dita, em torno do estudo ao significado que tomou atualmente a palavra currículo, ou seja, antes de aparecer a palavra currículo os professores já se organizavam em torno do que viria a ser chamado de currículo. Provavelmente o currículo, da forma que o conhecemos apareceu, pela primeira vez como um objeto específico de estudo e pesquisa, nos Estados Unidos por volta dos anos vinte SILVA (2005). Não se pode desconsiderar que esse

período é concomitante com o processo de industrialização, dos movimentos de pessoas de outros países chegando ao país estadunidense.

Sem dúvidas, ao currículo é dada grande importância porque ele será a questão central servindo de pano de fundo na decisão sobre qual conteúdo ensinar. Pois, um dos objetivos principais é que esse currículo possa modificar, em seu favor, as pessoas que vão segui-lo. “O currículo é sempre o resultado de uma seleção: de um universo mais amplo de conhecimentos e saberes, seleciona-se aquela parte que vai construir, precisamente, o currículo.” (SANTOS, 2005. p.15).

Não obstante, esse conhecimento previamente escolhido e considerado importante e irá se tornar decisivo na construção do que somos, do que nos tornamos, modelando as nossas ações. No dizer de Nilda Alves,

Os trabalhos que se preocupam com o cotidiano da escola e com os diferentes modos culturais aí presentes partem, então, da ideia de que é neste processo que aprendemos e ensinamos a ler, a escrever, a contar, a colocar questões ao mundo que nos cerca, à natureza, à maneira como homens/mulheres se relacionam entre si e com ela, a poetizar a vida, a amar o Outro. Ou seja, ao mesmo tempo que reproduzimos o que aprendemos com as outras gerações e com as linhas sociais determinantes do poder hegemônico, vamos criando, todo dia, novas formas de ser e fazer que, “mascaradas”, vão se integrando aos nossos contextos e ao nosso corpo, antes de serem apropriadas e postas para consumo, ou se acumulem e mudem a sociedade em todas as suas relações. (ALVES, 2003 p. 66)

Faz-se necessário que possamos nos comprometer com os interesses da coletividade, para que estes busquem seu espaço com autonomia preservando alternativas inovadoras que forme não apenas cidadãos capazes de ocuparem o mundo do trabalho, mas, principalmente, preparados para enfrentar lucidamente o mundo competitivo e excludente no qual estamos inseridos.

A perspectiva de construir um currículo que tenha como horizonte o resgate da função social do sistema educacional e, por conseguinte, da escola implica uma revisão político administrativa e pedagógica, com pretensões claras e objetivas sobre o tipo de cidadão que o processo de escolarização pretende formar.

O currículo é considerado um artefato social e cultural. Isso significa que ele é colocado na moldura mais amplas de suas determinações sociais, de sua história, de sua produção contextual. O currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressado do conhecimento social. O currículo está implicado em relações de poder, o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas, o currículo produz identidades individuais e sociais particulares. O currículo não é um elemento transcendente e atemporal – ele tem uma história, vinculadas as formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação. (MOREIRA & SILVA, 1994, p 7-8)

É necessário ficar atento, pois, quando se fala em currículo escolar precisamos superar a lógica tradicional e nos sustentar a partir das teorias críticas que nos possibilitem refletir, não só sobre as nossas práticas, mas principalmente sobre “humanidades”. Do outro modo, “um discurso sobre o currículo, mesmo que pretenda apenas descrevê-lo “tal como ele realmente é”, o que efetivamente faz é produzir uma noção particular de discurso”. (SANTOS, 2005. P 12). De certo, a materialização dessa reflexão é um dos elementos que precisamos considerar ao buscar construir os currículos escolares.

O compromisso com a formação humana inspirada na necessidade de superação de todas as formas de exploração e dominação é uma perspectiva necessária na formação do currículo progressista que atenda as demandas atuais, superando, pois, a noção que defende o currículo como

(...) um processo de racionalização de resultados educacionais, cuidadosa e rigorosamente especificados e medidos. O modelo institucional dessa concepção de currículo é a fábrica (...) a especificação precisa de objetivos, procedimentos e métodos para a obtenção de resultados que possam ser precisamente mensurados. (SANTOS, 2005, p. 12).

Na construção, aqui adotada, priorizamos as teorias do currículo a partir da noção de discurso e de perspectivas, pois entendemos que as diferenças de currículo não são utilizadas para capturar finalmente o verdadeiro significado do currículo, mas para mostrar que aquilo que o currículo é depende da forma como ele é definido pelos diferentes autores e teorias.

Partimos da análise de que a reestruturação e os ajustes estruturais exigidos pelo capital se expressam em políticas de governo para a educação, especificamente para a educação básica, atingindo alunos, professores e, conseqüentemente, o processo pedagógico a partir da elaboração do currículo. “Aqui a questão crucial, sob o domínio do capital, é assegurar que cada indivíduo adote como suas próprias as metas de reprodução objetivamente possíveis do sistema.” (MÉSZÁROS, 2008, p. 44)

De forma inequívoca percebe-se que a classe dominante articula a escola aos interesses da classe dominada, mas sustentada pelo ideário filosófico da classe dominante, o que conseqüentemente leva a um tipo de educação para uma classe e outro tipo para a outra classe sustentado pela ideia falsa de educação igual para todos. Dessa forma, a escola para as maiorias foi modificada “Naturalmente, as instituições de educação tiveram de ser adaptadas no decorrer do tempo, de acordo com as determinações reprodutivistas, em mutação do sistema do capital.” (Idem p. 42).

A luta no campo ideológico e na disputa de espaços e visibilidade social, a meu ver, não prospera sem considerar os aspectos de humanidade. Entender que o espaço escolar não é tão somente e, principalmente, para formar força de trabalho, mas primordialmente formar pessoas. Nessa esteira não há como negar que o currículo é um espaço de poder, pois,

o conhecimento materializado no currículo carrega as marcas insubstituíveis das relações sociais de poder e opressão, de modo que, este “reproduz culturalmente as estruturas sociais”.

Historicamente, o currículo tradicional tem materializado concepções pedagógicas que visam atender aos processos capitalistas a que estão submetidos nas relações sociais e produtivas. Faz-se necessário, porém, contrapor a(s) concepção (ões) que alienam e desumanizam os alunos, pois preconizamos uma educação de nível fundamental que supere as contradições entre o homem e a sociedade garantindo uma formação básica comum que possibilite a reconciliação entre o indivíduo e o cidadão. (SAVIANE, 2009).

Objetivamente, pretendemos superar o pensamento cristalizado no currículo que reproduz apenas a estrutura de classes da sociedade capitalista. Precisamos ir além criando mecanismos que supere a formação curricular idealizada para manter a estrutura de classes do Estado capitalista que massifica e naturaliza a ideologia dominante.

Na verdade,

Na teoria do currículo, assim como ocorre na teoria social mais geral, a teoria pós crítica deve se combinar com a teoria crítica para nos ajudar compreender os processos pelos quais, através das relações de poder e controle, nos tornamos aquilo que somos. Ambas nos ensinaram, de diferentes formas, que o currículo é uma questão de saber, identidade e poder. (SANTOS, 2005 p. 147)

Sem dúvidas essa análise torna evidente nosso posicionamento em relação a qual teoria defendemos para a construção do currículo. Ao longo do nosso trabalho aprofundaremos outras análises que possam contribuir para superação da concepção tradicional da teoria do currículo.

4.1 - CURRÍCULO ESCOLAR COMO ESPAÇO DE DISCUSSÃO DAS HUMANIDADES

O currículo escolar, desde seu surgimento, tem sido espaços de disputas ideológicas nos quais as “ausências” salientadas por Boaventura tem sido cada vez mais necessários serem discutidos, pois através do currículo escolar acreditamos que podemos transformar as “ausências” em “presenças”.

Essas “presenças” traduzidos em experiências coletivas, estão emergindo a cada dia mais nas nossas escolas, e nós professores e professoras estamos tendo a sensibilidade de perceber que o currículo escolar que nos propõem não atende as necessidades dos nossos estudantes bem como de toda a comunidade escolar.

Neste sentido, nos sentimos instigados a procurar alternativas para combater mais esse mecanismo que tem como principal objetivo de segregar coletivos sociais e homogeneizar conteúdo escolares previamente selecionados.

Segundo Miguel G. Arroyo em sua obra *Currículo Território em Disputa* (2021, p. 125), nas últimas décadas os movimentos sociais afirmam suas experiências coletivos de

resistência e de lutas por direitos, o fazer docente por sua parte vem avançando na compreensão do direito à educação, à cultura, ao conhecimento se traduzem em experiências. Que sua garantia passa pela capacidade de conhecer e valorizar a pluralidade de experiências e de seus significados.

Buscando valorizar a pluralidade de experiências no currículo escolar propomos inserir no mesmo currículo escolar a história de luta das mulheres catadoras de mangabas com o objetivo não só de superar a “pobreza de experiência”, mas politizar o campo do conhecimento e do direito ao conhecimento reconhecendo-as como mulheres que atuam sócio, político, economicamente e culturalmente na sociedade.

Para esse fim sugerimos que os currículos escolares sejam pensados a partir da experiência de educadores e educandos, pois como afirma Arroyo (p. 126) “A reação cientificista, conceitualista ignora ou tenta enfraquecer todo projeto que reconheça a centralidade das experiências sociais como fonte de conhecimento devido aos educadores e educandos.

Defendemos que os currículos escolares sejam elaborados a partir do “real vivenciado” e não a partir do “real pensado” sem qualquer vinculação prática na vida dos educandos e educadores. Neste sentido, a pesquisadora Inês Oliveira (2007), afirma que

A compreensão de que as formas de ver o mundo são desenvolvidas a partir das experiências sociais, embora quase lugar-comum nos discursos hegemônicos sobre a construção das subjetividades e identidades individuais e coletivas, infelizmente não se tem feito acompanhar do devido aprofundamento quando se trata de buscar compreender em que condições concretas de possibilidades se inscrevem os diferentes fazeres docentes e discentes nos cotidianos das diferentes e incontáveis escolas dos diferentes sistemas de ensino. (OLIVEIRA, 2007 p. 49)

Não resta dúvidas que precisamos trazer essas experiências sociais para dentro da escola. Essa é uma disputa política, e como tal, precisa ocupar espaços e quebrar a hegemonia de currículos propostos por atores que valorizam habilidades e competências determináveis. Expressar e negociar valores morais, sociais e políticos tornam o processo de ensino e aprendizagem significativo, inclusivo e reconhecedor da possibilidade de múltiplos currículos.

Nesta toa, os múltiplos currículos precisam serem reconhecidos e valorizados como forma de empoderamento coletivo e resistência.

Segundo Oliveira (2012),

Reconhecer e valorizar esses múltiplos currículos “pensados e praticados” e as práticas de solidariedade que os habitam, permite também, caminhar no sentido da superação da ideia moderna e individualista de emancipação, que percebe como uma conquista individual e definitiva, um “lugar a se chegar, no futuro, uma terra prometida” a qual cada um chegará, ou não, em função das suas próprias virtudes, aprendizagens e esforços.⁸

Ao não priorizar um currículo múltiplo, estaremos contribuindo para o que Arroyo (2012) chama de “experiência precária de viver”, ou seja, quando as crianças e adolescentes chegam em nossas escolas e são tratadas de forma uniformizadas não os reconhecendo como atores principais da produção do conhecimento e possuidores de saberes diferenciados.

Entendemos que a relação escola/sociedade, sociedade/escola é uma relação indissolúvel. Por oportuno, ao priorizarmos o currículo único contribuiremos para uma sociedade onde os significados culturais, políticos e econômicos estarão esvaziados das “experiências do viver”. A experiência humana como fonte de aprendizagem ressignifica os saberes possibilitando o preenchimento de lacunas e ocupação de espaços.

⁸ OLIVEIRA, Inês B. Currículo uma criação cotidiana. Petropolis – RJ. DP Etail, 2012.

A ocupação de espaços no currículo escolar, significa reconhecer mulheres e homens como produtores de conhecimento de cultura e de história. É colocá-los como núcleos de produção do conhecimento e fazeres históricos.

Nessa perspectiva, partimos para consultar a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) com o propósito de entender se esse documento atende os seguintes questionamentos. Será que homens e mulheres, produtores de conhecimento, estão sendo priorizados de forma efetiva neste documento? Suas histórias e seus saberes estão sendo considerados eixos centrais das orientações curriculares? Como estão sendo debatidos os saberes considerados não científicos, mas que estão em cada fala, em cada gesto essas mudanças estão fortalecendo educandos e educadores na luta por um currículo realmente significativo e, conseqüentemente, uma escola que construa conhecimento a partir das vivências de toda a comunidade escolar na perspectiva de transcender visões épicas do conhecimento. Entendemos ser prioridade aprofundar o estudo dos mecanismos que limitam a nossa criatividade e autonomia princípios básicos e essenciais para uma educação integral e emancipadora.

Nessa toa, nos desafiamos a entender o conceito de educação integral defendido pela BNCC. Segundo o documento ela pode ser entendida como “a construção intencional de processos educativos que promova aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também com os desafios da sociedade contemporânea”.

Contudo, ressaltamos a necessidade de ficarmos atentos sobre qual perspectiva devemos analisar os interesses e necessidades dos alunos. É sabido, porém, que há uma

tendência de homogeneização do currículo escolar em nome de uma sociedade globalizada, mas que, quase sempre, não é inclusiva.

Na verdade, se não estivermos atentos aos interesses dos educandos correremos o risco de termos currículos concêntricos, com propostas redimensionadas sob novas perspectivas, mas sem perder as suas características de segregação e dominação que temos visto em algumas propostas de políticas públicas para a educação.

O texto da BNCC afirma que esse documento e os currículos escolares têm papéis complementares, considerando que no currículo escolar deve estar expresso as concepções de aprendizagens dos pares que os elaborou e as necessidades e vivências dos educandos. É exatamente nessa prerrogativa de autonomia dos currículos que devemos transcender ao preconizado na mesma.

Segundo Arroyo (2021, p. 40), “ É ético que os profissionais e educandos lutem por devolver-lhes o que vem sendo subtraído, o direito a pensar, criar, escolher o que ensinar e como, o que aprender, que reconhecimentos garantem o direito a entender suas vivências.

O documento da BNCC propõe 10 competências gerais para se fundir a garantia aos direitos da aprendizagem e desenvolvimento dos educandos. Essas competências sugerem que utilizemos diferentes linguagens para tornamos o processo de ensino aprendizagem autônomo e inclusivo.

Em relação as competências específicas da disciplina História para o ensino fundamental sugerem que criemos estratégias para que os alunos compreendam as relações de poder e os mecanismos que os sustentam. Bem como elaborem hipóteses sobre os documentos históricos, considerando os diferentes povos e sujeitos, fazendo uso das mídias

sociais como instrumento para compreender e problematizar os conceitos e procedimentos norteadores da produção historiográfica.

As unidades temáticas do 9 ano, a qual o produto desse trabalho está voltado, dialoga, em parte, com a proposta de currículo escolar que defendemos, as quais estão expressas no produto desse trabalho.

Após a análise do documento, no que se refere ao ensino fundamental e mais especificamente ao ensino de História, concluímos que se trata de uma proposta que visa incluir homens e mulheres como protagonistas do processo histórico, relacionando os seus saberes e fazeres com as transformações sociais, na busca da garantia de direitos civis e sociais, respeitando a diversidade e combatendo todas as formas de preconceitos.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Identificamos que as mulheres catadoras de mangabas do município de Barra dos Coqueiros/SE, possuem um papel relevante na socialização de suas atividades, apresentando-se como guardiãs dos saberes locais.

Apesar de relatarmos a resistência de jovens em participar do extrativismo da mangaba, possivelmente por conta da introdução de novas práticas relacionada ao turismo e a especulação imobiliária elas não desistem do propósito de garantir as futuras gerações os saberes adquiridos ao longo do seu percurso histórico.

Ainda neste sentido, outro fator que contribui para o afastamento dos jovens, é a migração deles para a área urbana com a finalidade de estudar e/ou conseguir um emprego com carteira assinada.

Entre tantos fatos ocorridos, destacamos um por entender ser primordial para a manutenção dos saberes e fazeres dessas mulheres. A relevância se dá ao fato que embora

essas mulheres terem consciência do seu papel na comunidade, até mesmo como uma espécie de griote, elas não se sentem valorizadas por essa comunidade, no sentido de garantidoras das suas práticas e saberes que as tornam imprescindíveis entre seus pares.

O que transpõe as gerações mais recentes é o baixo sentimento de pertencimento com os saberes e fazeres das mulheres catadoras. Por muito tempo, essas mulheres da cata viviam no anonimato como forma de se protegerem, pois eram ridicularizadas pela própria comunidade por desenvolverem, segundo alguns, um trabalho degradante, que no caso era a ‘cata’ da mangaba. O que justifica esse sentimento é a migração para outras localidades ao invés de fortalecerem a prática dessas mulheres.

Contudo, essa situação tem sido atenuada, graças a organização delas, apesar das catadoras ainda se queixarem que não percebe a devida valorização da comunidade, as suas práticas já são vistas como algo que pode gerar renda e dignidade.

A dignidade adquirida por meio da renda que essas mulheres conquistaram, aliás duas dimensões importantes do empoderamento, a psicológica e a econômica, possibilitou que elas alcançassem as suas necessidades práticas e os seus interesses estratégicos tratados nesse trabalho, desafiando a macrofísica do poder e desconstruindo verdades ligados aos sistemas de poder com vistas a construir uma nova verdade que dialoguem com os seus interesses.

A organização dessas mulheres, provocou articulações que as proporcionaram exercer o ‘poder’ no sentido defendido neste trabalho, a saber: O empoderamento comunitário envolve um processo de capacitação de grupos ou indivíduos desfavorecidos para a articulação de interesses a conquista plena dos direitos de cidadania, defesa dos seus interesses e influenciar ações do Estado.

Pensando nas dimensões de empoderamento defendidas nesse trabalho, concluímos que, as mulheres catadoras de mangabas do município de Barra do Coqueiros/SE, dialogam ente si, no entanto, precisam de um maior engajamento com a comunidade para que esse processo de empoderamento seja ampliado.

Encontramos um exemplo claro da efetivação do empoderamento quando entrevistamos a presidente da associação de catadora do município. Patrícia, filha e neta de catadora, desafiou as estruturas de poder negando o lugar que a organização colonial da sociedade supostamente tinha lhes reservado. Patrícia cursou inicialmente uma graduação, na UFS (Universidade Federal de Sergipe), e avançou nos estudos, estudando temas relacionado aos seus saberes e fazeres. Isso a possibilitou ajudar a organizar as mulheres catadoras do município a tomada de consciência dos seus direitos e possibilidades, exigindo do poder público medidas que viessem favorecer as suas práticas e sobrevivências. É clarividente que mais duas categorias do empoderamento se materializaram, qual seja, a cognitiva e a política.

Nesse sentido, mesmo as mulheres que não tiveram a oportunidade de adentrar numa universidade, ou até mesmo cursar o ensino fundamental ou médio, conseguiram envolver outras mulheres na luta pelos seus territórios, proporcionando a “conscientização” dos papéis que desempenham na sociedade.

Existe ainda um processo de compreensão étnica a ser incorporado por essas mulheres, o racial. Percebe-se que, assim como a maioria das mulheres pretas elas foram forçadas a passar por um processo de branqueamento acreditando na possibilidade de ser aceitas na sociedade. A maioria das entrevistadas se intitularam *não negras*, o que observando os fenótipos de cada uma, percebemos que isso é facilmente questionável.

No entanto, os estudos dos quais dispomos nos empoderam a garantir que esse processo de desconstrução do branqueamento ditado pelo colonialismo, está acontecendo em nosso ciclo social na medida em que os movimento sociais se articulam, discutem, e questionam as suas ausências.

Como sustentamos ao longo do trabalho, o gênero e a raça representam, concomitantemente, relações de poder, e assim sendo, necessitam descolonizar discursos e ações que ainda nos limitam e nos invisibilizam.

6 – REFERÊNCIA

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Para educar crianças feministas: um manifesto** 1ª Ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

ALVES, Nilda. **Cultura e cotidiano escolar. Revista Brasileira de Educação.** Maio/Jun/Jul/Ago 2003 Nº 23

Barbosa Moreira, Tomaz Tadeu da Silva (orgs.); **Currículo, Cultura e Sociedade.** Tradução de Maria Aparecida Baptista – 7 ed. – São Paulo: Cortez, 2002

BAQUERO, Rute Vivian Angelo. **Empoderamento: Instrumento de emancipação social? – uma discussão conceitual.** Revista Debates, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 173-187, jan.-abr. 2012.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Tradução: Luis Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BERTH, Joyce. **Empoderamento/** Joice Berth. – São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos /** Circe Maria Fernandes Bittencourt – 3. Ed. – São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL. **Decreto 6.040 de 07 de fevereiro de 2007.** Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). Diário Oficial da União, 08 de fevereiro de 2007.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.

CARVALHO, Débora Jucely. **A conquista da cidadania feminina**. Revista Multidisciplinar da Unesp. Saber acadêmico. n.11, p. 143-153, jun. 2011

Cenas latino-americanas da diversidade sexual e de gênero: práticas, pedagogias e políticas públicas / Fernando Seffner, Marcio Caetano (Organizadores). – Rio Grande: Ed. Da UFRG, 2015

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de Classe no Brasil** [livro eletrônico] / Mirla Cisne. – São Paulo: Cortez, 2015.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe** [recurso eletrônico] / Ângela Davis; tradução Heci Regina Candiane. – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Relatório do 1º Encontro das Catadoras de Mangabas de Sergipe. Aracaju, SE**: Embrapa Tabuleiros Costeiros; Belem, PA: Embrapa Amazônia Oriental. Aracaju, SE, 2007. 39p.

FREIRE, Paulo. **Medo e Ousadia – O Cotidiano do Professor** / Ira Shor, Paulo Freire; tradução de Adriana Lopez; revisão técnica de Lólio Lourenço de Oliveira. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 63ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Míni Aurélio: O dicionário da língua portuguesa**. 6 ed. Curitiba: Editora Positivo Ltda, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

HEILBORN, Maria Luiza. **“De que gênero estamos falando?”** In: Sexualidade, gênero e sociedade. Ano 1, nº 2 CEPESC/IMS/UERJ, 1994.

JESUS, Patrícia Santos de. Pré-entrevista [junho de 2021]. Entrevistadora: Simone de Freitas Gama. Aracaju-SE, 2021. Entrevista concedida para elaboração de Dissertação de Mestrado.

JESUS, Patrícia Santos de. & SANTOS, Hudson Jorge de Souza. **O movimento das catadoras de mangaba de Sergipe: entre finalidades e avanços**. Revista GeoNordeste, São Cristóvão, Ano XXIX, n. 1, p. 91-109, Jan./Jun. 2018. ISSN: 2318-2695.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação – episódio de racismo cotidiano** / Grada Kilomba; Tradução Jess Oliveira. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Cobogó, 2019

Mapa do extrativismo da mangaba em Sergipe: situação atual e perspectivas / Raquel Fernandes de Araújo Rodrigues... [et al.] - Brasília, DF: Embrapa, 2017.

MÉZÁROS, István. **A educação para além do capital** / IstvánMézáros; [tradução Isa Tavares]. -2.ed. – São Paulo: Boitempo, 2008.

Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas / Antônio Flavio Moreira, Vera Maria Candu (orgs.). 2. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

NADAI, Elza. **O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva.** *Revista Brasileira de História.* Vol. 13, nº 25/26, p. 143-162, São Paulo, 1993.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. **Aprendendo nos/dos/com os cotidianos a ver/ler/ouvir/sentir o mundo.** *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 98, p. 47-72, jan./abr. 2007. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>

POLLAK, Michael. **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, Vol. 5, nº 10, 1992, p. 200-212.

RÜSSEN, Jörn. **Razão histórica: fundamentos da ciência histórica.** (Teoria da História I) Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

SANTOS, Laiany R. S. **Feminismo Resistência: a especialização da luta das mulheres Camponesas em Sergipe / -** São Paulo: Editora Dialética, 2002.

SARDENBERG, Cecília M.B. **Conceituando “empoderamento” na perspectiva feminista.**

In. SANTOS, Dayse Amâncio dos Feminismo, diferenças e desigualdades nas políticas

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura de vara, onze teses sobre a educação política /** Dermeval Saviani. 41. Ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

públicas e desenvolvimento: algumas leituras fundamentais / Dayse Amâncio dos Santos, Maria Grazia Cribari Cardoso, Parry Scott. – Recife: Editora UFPE, 2017.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação e Realidade, Porto Alegre, 16 (2): 5-22, jul/dez. 1990.

SERGIPE. **lei nº 7.082 de 16 de dezembro de 2010**, que reconhece as catadoras de mangaba como grupo cultural diferenciado e estabelece o auto-reconhecimento como critério do direito e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Sergipe, nº 26.138, do dia 17/12/2010.

SHOR, Irá. **Medo e Ousadia – O Cotidiano do Professor /** Ira Shor, Paulo Freire; tradução de Adriana Lopez; revisão técnica de Lólio Lourenço de Oliveira. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária.** Edward P. Thompson; tradução Denise Bottmann. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Usos & abusos da história oral/ Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira, Coordenadoras. – 8. Ed. – rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

7 - INTRODUÇÃO DAS SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS

O processo de ensino-aprendizagem tem se tornado cada vez mais desafiador para nós professores e professoras, as demandas sociais que, mais do que nunca, tem adentrado as nossas escolas, tem exigido de nós uma narrativa que possibilite dialogar com os/as nossos(as) estudantes de forma que a escola se torne prioritariamente um ambiente de conhecimento, compartilhamento e discussões de possíveis soluções para essas demandas. Nesta perspectiva, apresento-lhes um manual didático, produto da minha dissertação de mestrado profissional no ensino de História (ProfHistória), que tem como objetivo trazer a temática do empoderamento feminino a partir da organização dos povos tradicionais, tendo como principal objeto o estudo da organização das catadoras de mangabas do município de Barra dos Coqueiros - SE.

Consideramos que ao aprofundar as nossas reflexões a respeito do empoderamento feminino preencheremos uma lacuna que a historiografia por muitos séculos

negligenciou, que se trata da participação efetiva das mulheres nas estruturas de poder da sociedade.

Com esse manual que se destina aos estudantes do 8º ao 9º ano do Ensino Fundamental, podendo ser adaptado para os três anos seguintes do Ensino Médio, os educadores terão a possibilidade de trabalhar o empoderamento feminino na perspectiva do coletivo, a partir da vivência (cotidiano) das mulheres catadoras de mangabas que também representam os povos tradicionais do Estado de Sergipe.

Neste material oportunizarei debates sobre o Decreto 6.040, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento dos povos e comunidades tradicionais; a lei 7082 que reconhece as catadoras de mangabas como grupo diferenciado e estabelece o autorreconhecimento como critério para o reconhecimento do direito; o perfil das catadoras de mangabas de Sergipe; o conceito e discussões sobre empoderamento na perspectiva do coletivo além de conceitos e discussões sobre empoderamento feminino na perspectiva do coletivo.

A partir dos conhecimentos dos saberes e fazeres das catadoras de mangabas, elaboramos sequencias didáticas objetivando discutir formas de empoderamento de uma determinada comunidade relacionando a cultura, economia e política, bem como provocaremos aos outros estudantes refletirem a respeito da importância de praticarmos atitudes antissexistas, antirracista na busca de uma sociedade onde o direito de um determinado grupo não anule os direitos dos outros.

Essa ferramenta didática possibilitará reflexões críticas a respeito do processo de reconhecimento dos povos tradicionais, seus saberes e fazeres. Da mesma forma, devemos estimular a consciência crítica de maneira a transformar o nosso cotidiano. Precisamos, neste

sentido, ter o entendimento que somos sujeitos históricos comprometidos com o estabelecimento de uma sociedade onde se respeite e valorize as diferenças.

SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS

- ❖ SEQUÊNCIA Nº1 –

- ✓ Conhecendo o mapa do Município

- ❖ TEMPO

- ✓ 01 aulas de 00:50 minutos

- ❖ OBJETIVO GERAL

- ✓ Proporcionar o reconhecimento da localização geográfica e econômica do município da Barra dos Coqueiros/SE;

- ❖ OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ✓ Conhecer os limites geográficos do município;
- ✓ Reconhecer as especificidades dos econômicas da municipalidade;
- ✓ Compreender a importância da sua localização geográfica para o desenvolvimento do município;

❖ PÚBLICO-ALVO

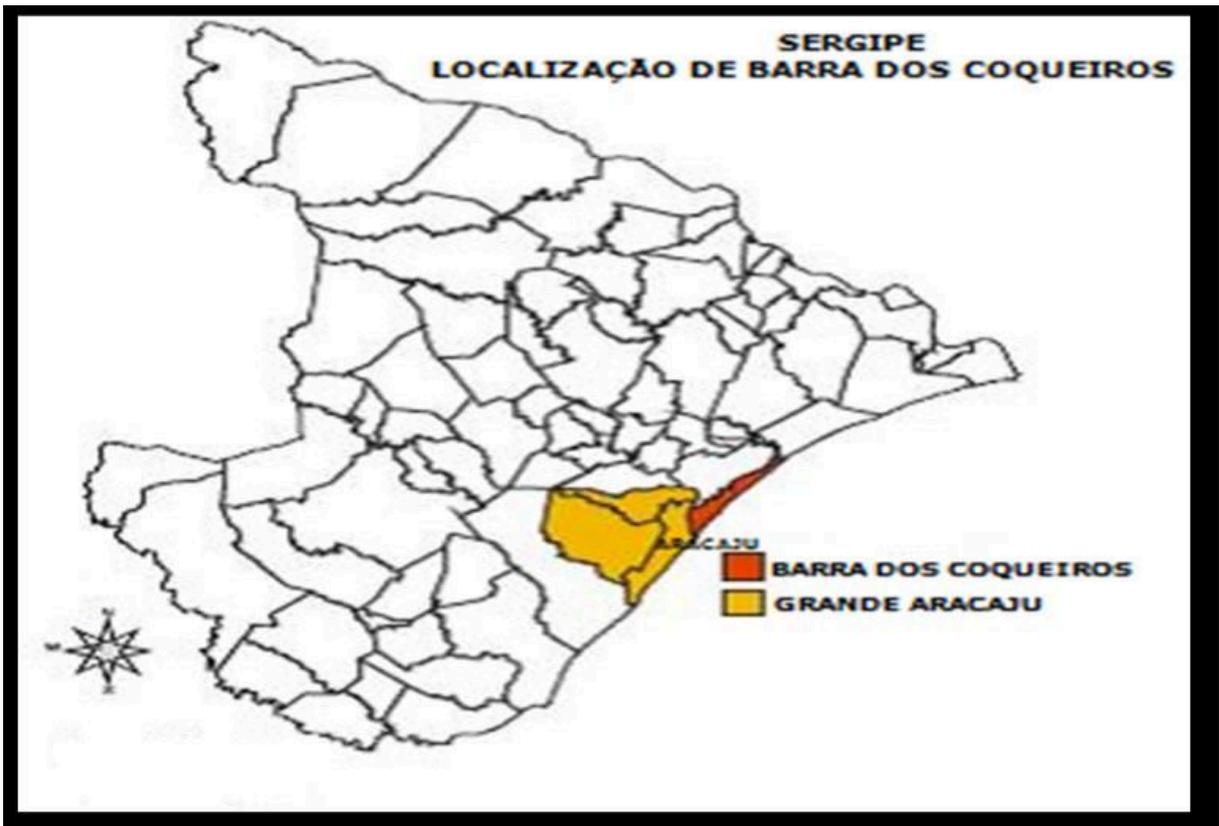
- ✓ Alunos do 8º ao 9º ano do Ensino Fundamental

❖ MATERIAL DIDÁTICO DE APOIO

- ✓ Data show;
- ✓ Lousa;
- ✓ Notebook.
- ✓ Papel Chamex

❖ HABILIDADES DESENVOLVIDAS

- ✓ Interpretar mapa geográfico;
- ✓ Discutir o texto sobre os aspectos econômicos e geográficos



Disponível em: [mapas da barra dos coqueiros -se - Bing images](#)

Proposta de pesquisa a ser desenvolvida pelos discentes

1 – Pesquisem no site do IBGE quais os principais produtos da economia do município da Barra dos Coqueiros;

2- Pesquisem os municípios limítrofes e os seus limites geográficos.

SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS

- ❖ SEQUÊNCIA Nº 02 –
- ✓ Conhecendo o Decreto nº 6.040

- ❖ TEMPO

- ✓ 03 aulas de 00:50 minutos

❖ OBJETIVO GERAL

- ✓ Conhecer a Lei que instituí a Política Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais;

❖ OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ✓ Conhecer o conceito e importância dos povos tradicionais;
- ✓ Reconhecer as especificidades dos territórios tradicionais;
- ✓ Compreender os desafios e benefícios do desenvolvimento sustentável;

❖ PÚBLICO-ALVO

- ✓ Alunos do 8º ao 9º ano do Ensino Fundamental

❖ MATERIAL DIDÁTICO DE APOIO

- ✓ Data show;
- ✓ Lousa;
- ✓ Notebook.

❖ HABILIDADES DESENVOLVIDAS

- ✓ Interpretar;
- ✓ Discutir o texto de uma determinada lei

AULA – 01

Professor (a), inicie a aula com uma tempestade de ideias a respeito dos principais temas que serão abordados no estudo do decreto que são eles: o conceito de povos tradicionais; definição de territórios tradicionais e desenvolvimento sustentável.

Esse início de aula é de fundamental importância para que você e as/os estudantes possam dialogar a respeito dos temas abordados e compartilhar as suas impressões sobre eles. Durante o diálogo anote na lousa os principais conceitos trazidos pelos estudantes sobre o tema comparando-os e debatendo para socializar os conhecimentos

Dando seguimento a aula faça uso do texto da lei projetando em um data show ou distribuindo a lei impressa aos estudantes. Após esse momento destaque o inciso primeiro do artigo terceiro que define povos tradicionais, o segundo inciso do mesmo artigo que define territórios tradicionais e o inciso terceiro, ainda do mesmo artigo, que discute o conceito de desenvolvimento sustentável.

A partir do debate sobre os temas segundo o texto de Lei, divida a turma em três grupos e oriente que cada grupo faça uma pesquisa mais aprofundada sobre um dos temas em destaque e traga o resultado para apresentar para os colegas na aula seguinte.

AULA 2

Nessa aula as/os estudantes farão as exposições das pesquisas, e o grupo seguinte fará comentários a respeito do conteúdo da apresentação anterior. Nessa mesma aula, o/a professor (a) vai solicitar que as/os estudantes elaborem um texto crítico sobre o objeto da sua apresentação. Para aula seguinte solicite a seguinte atividade: cada grupo fará uma tarefa em relação ao seu tema. O grupo que pesquisou sobre “Desenvolvimento sustentável” apresentará um jogral que conceitue o significado e importância do termo que estão estudando; o grupo que ficou com o tema “territórios tradicionais” irá pesquisar em revistas, sites, jornais ou afins, reportagens que versem sobre a importância da preservação desses territórios e confeccionará um mural com essas informações. O grupo que trabalhou com o tema “povos tradicionais”, irá registrar num cartaz gravuras e identificação da localização geográfica de onde se encontram os povos.

AULA 3

Para esse momento o/a professor (a) convidará outras turmas para que possam assistir o resultado da pesquisa a ser exposta pelos alunos/pesquisadores. Na forma de culminância ocorrerá uma exposição do material, produzido e/ou coletado, nas dependências da Escola.

Observação: sugiro que as (os) professoras (es) possam filmar as apresentações para que em momento posterior os estudantes possam realizar a autoavaliação das suas produções.

SEQUÊNCIA Nº 03 –

- ✓ Conhecendo a lei 7082, de 16 de dezembro de 2010

❖ TEMPO

- ✓ 03 aulas de 00:50 minutos

❖ OBJETIVO GERAL

- ✓ Conhecer a Lei que reconhece as catadoras de mangaba como grupo cultural diferenciado e estabelece o autorreconhecimento como critério para o reconhecimento do direito.

❖ OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ✓ Reconhecer a reponsabilidade do Estado no que se refere a preservação da forma de organização social, territórios e recursos naturais das catadoras de mangaba.

❖ PÚBLICO-ALVO

- ✓ Alunos do 8º ao 9º ano do Ensino Fundamental

❖ MATERIAL DIDÁTICO DE APOIO

- ✓ Data show;
- ✓ Lousa;
- ✓ Notebook;
- ✓ Texto da lei 7082.
- ✓ Mapa de Sergipe.

❖ HABILIDADES DESENVOLVIDAS

- ✓ Capacidade crítica de avaliar a realidade;
- ✓ Descrever a importância da organização coletiva.

AULA – 01

Professor (a), inicialmente, pergunte as/aos estudantes se elas e eles sabem qual é a função das deputadas e deputados estaduais que nos representam na assembleia legislativa do estado de Sergipe. Diante das respostas, inicie um breve debate sobre as competências dessa casa legislativa numa linguagem clara, explore as incumbências dessa casa em legislar (elaborar leis) e fiscalizar os atos do executivo (o governo estadual). Importante salientar sobre a relevância de se ter um povo organizado e esclarecido sobre seus direitos para que possamos cobrar a implementação de leis e políticas públicas que possibilitem a garantia de direitos a toda população. Após esse primeiro debate apresente a lei 7082 de 16 de dezembro de 2010 usando um Datashow ou com a essa impressa para os estudantes (se a escola possuir um laboratório de informática, essa pesquisa seja realizada junto ao mesmo). Após o debate sobre a lei, faça as seguintes indagações aos estudantes:

- 1- Vocês acreditam que esse reconhecimento pode ajudar na organização dessas mulheres e de outros povos tradicionais?
- 2- Como vocês avaliam que acontece a reprodução cultural e econômica dos povos tradicionais?
- 3- Qual o seu ponto de vista sobre o conceito do autorreconhecimento?

Nesse momento é importante que a professor (a) tire dúvidas sobre possíveis conceitos equivocados dos estudantes e solicite aos mesmos que escreva no seu caderno o seu entendimento sobre as perguntas.

AULA – 02

Nessa aula solicite as/aos estudantes que se organizem em duplas para cumprir a seguinte tarefa: Elaborar uma carta dirigida a assembleia legislativa do Estado de Sergipe, reivindicando a proibição do corte das mangabeiras e possibilite livre acesso das catadoras em áreas privadas.

AULA – 03

Os estudantes farão apresentações dessas cartas e a professora irá sugerir que, de forma coletiva, a turma elabore uma só carta que será enviada a assembleia legislativa do Estado, especificamente ao gabinete de cada deputada e deputado. Importante salientar que caso não obtenham respostas dos respectivos parlamentares, essa ação deverá ser repetida.

❖ SEQUÊNCIA Nº 04 –

- ✓ Perfil das catadoras de mangaba

❖ TEMPO

- ✓ 02 aulas de 00:50 minutos

❖ OBJETIVO GERAL

- ✓ Compreender como se dá o processo de organização das catadoras de mangaba;

❖ OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ✓ Valorizar os saberes e fazeres das catadoras de mangaba;
- ✓ Entender a importância do autorreconhecimento para a organização dessas mulheres

❖ PÚBLICO-ALVO

- ✓ Alunos do 8º ao 9º ano do Ensino Fundamental

❖ MATERIAL DIDÁTICO DE APOIO

- ✓ Data show;
- ✓ Lousa;
- ✓ Vídeo hospedado em <https://youtu.be/joeX12RBxLc>;
- ✓ Imagens;
- ✓ Notebook.

❖ HABILIDADES DESENVOLVIDAS

- ✓ Exercitar a consciência histórica.

❖ VERIFICAÇÃO DA APRENDIZAGEM

AULA-1

Professor (a), ao iniciar a aula pergunte as/aos estudantes se conhecem alguma mulher que cata mangaba ou comercializa produtos do fruto beneficiado. Após esse momento, faça exibição do vídeo recomendado solicitando as/aos estudantes que prestem atenção como a “cata” da mangaba influencia economicamente a vida dessas mulheres. Após a exibição do vídeo, procure saber qual a impressão delas e deles sobre o conteúdo apresentado. Dando prosseguimento, faça oralmente as seguintes perguntas:

1- Considerando o fato de que as catadoras de mangaba, são reconhecidas como povos tradicionais, como você avalia o fato dessas precisar pagar uma taxa aos donos de sítio para efetuar a “cata”?

2- Na sua opinião, qual é a importância do fato de a maioria das mulheres catadoras de mangaba afirmar que aprendeu o ofício da “cata” com a mãe ou parente bem próximo?

Observação: Professor (a), nesse momento caso as/os estudantes não pontue, chame atenção que esse fato possibilita a manutenção dos saberes e fazeres das comunidades tradicionais, bem como o seu autorreconhecimento.

3- Você acredita que o fato de as catadoras de mangaba trabalharem em conjunto/organização, facilitou a vida delas?

Observação: Professor (a), nesse momento é importante salientar que essa organização só foi possível se materializar, graças ao autorreconhecimento dessas mulheres. A partir dessas indagações orais, solicite que as/os estudantes registre nos seus cadernos o seu entendimento sobre cada questão abordada.

Para a aula seguinte, solicitar as/aos estudantes que consulte o endereço eletrônico www.catadorasdemangaba.com e em grupo confeccionar cartazes com imagem dos produtos produzidos pelas catadoras de mangaba, bem como as suas descrições.

AULA-2

Nessa aula os estudantes apresentarão os seus cartazes explicando qual a importância dessas organizações para essas mulheres e para manutenção dos saberes e fazeres das comunidades tradicionais. Esses cartazes serão afixados nas dependências da escola no intuito de que toda comunidade escolar conheça o objeto pesquisado, bem como seus produtos que significa não só uma forma de sobrevivência econômica, mas também a reafirmação da força de um povo que apesar de, por muito tempo, não ter tido públicas que os atendessem, não desistiu da luta e vive na certeza de que os seus saberes e fazeres precisam ser preservados e valorizados.

Observação: estas sequências fazem parte de um conjunto a ser compostas com outras ideias-chaves fruto da pesquisa empreendida, a saber: conceito de empoderamento; conceito de empoderamento feminino.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CONSELHO DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO
RESOLUÇÃO Nº 10/2014/CONEPE
ANEXO I



SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO ELETRÔNICA